



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000054599

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1008862-34.2023.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante/apelado LAIRTON DUARTE (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Conheceram dos recursos das partes para NEGAR PROVIMENTO ao apelo da autora e DAR PROVIMENTO ao recurso do requerido. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CRISTINA ZUCCHI (Presidente sem voto), RICARDO PEREIRA JÚNIOR E INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO.

São Paulo, 27 de janeiro de 2025.

RUI PORTO DIAS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível nº 1008862-34.2023.8.26.0196

Apelante/Apelado: Lairton Duarte

Apelado/Apelante: Banco C6 Consignado S/A

Comarca: Franca - 2ª Vara Cível

Juiz(a) de 1ª Instância: Marcelo Augusto de Moura

Voto nº 1886

Direito civil. Apelação. Contratos. Provimento ao recurso do requerido, sentença reformada. Desprovimento do recurso da parte autora **I. Caso em exame:** recursos de apelação interpostos contra sentença que julgou parcialmente procedente ação para declarar abusividade de taxa de juros prevista em contratos de empréstimo consignado. Determinada adequação dos juros ao índice do INSS e devolução simples dos valores pagos a maior. **II. Questão em discussão:** regularidade dos juros aplicados nos contratos de empréstimo consignado. **III. Razões de decidir:** o índice de juros de 1,8% ao mês está em conformidade com a Instrução Normativa INSS nº 106, vigente à época das contratações. O Custo Efetivo Total (CET) não se confunde com os juros remuneratórios, estes limitados pela norma mencionada. **IV. Dispositivo e tese:** recurso do requerido provido, recurso da parte autora desprovido. Tese de julgamento: 1. Os contratos de empréstimo consignado estão em conformidade com a normativa vigente quanto aos juros aplicados. 2. O CET não é limitado pela legislação citada, apenas os juros remuneratórios.

Trata-se de recursos de apelação (fls. 87/92 e 107/23) interpostos contra sentença de fls. 77/84, proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Franca, que julgou deu parcial procedência à ação proposta pela autora para declarar a abusividade de taxa de juros prevista em contrato de empréstimo consignado nº 010019587355. Foi determinada adequação dos juros cobrados ao índice estabelecido pelo INSS, com ordem de devolução simples dos valores pagos a maior.

Nos mesmos termos, a sentença também pôs fim ao processo de autos nº 1008864-04.2023.8.26.0196, apenso ao presente, ajuizado para discutir o contrato de empréstimo consignado nº 010015021614, firmado entre as mesmas partes. Estabelecida sucumbência recíproca, os honorários foram arbitrados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

em R\$ 1.600,00 para cada parte.

A autora recorre para receber em dobro os valores pagos indevidamente, e pleiteia revisão da condenação em sucumbência. De seu turno, o requerido alega que a ordem exarada em sentença é de impossível cumprimento, devido à portabilidade dos contratos, migrados para outra instituição. No mérito, sustenta a regularidade dos juros aplicados.

Contrarrazões às fls. 148/56 e 157/63.

Não houve oposição ao julgamento virtual.

É o relatório, acrescido ao de fls. 77/78, que adoto.

DECIDO.

O índice de juros ajustado em contrato nº 010019587355 (fls. 50/52), de 1,8% ao mês, está em consonância à Instrução Normativa INSS nº 106, de 18/3/2020, vigente à época da contratação (17/5/2021 – fls. 51), que estipulava como teto justamente o percentual aplicado, de 1,8% mensais.

Em igual sentido, o contrato objeto do processo apenso, de nº 010015021614 (fls. 48/57 daqueles autos), assinado em 16/12/2020 (fls. 54) – portanto, sob vigência da normativa acima referida –, prevê também o índice de juros de 1,8% ao mês.

Consigno que o custo Efetivo Total (CET) não se confunde com os juros remuneratórios, cujo limite vem estabelecido pela norma mencionada. Há distinção entre o CET e o custo efetivo do empréstimo, sendo aquele o valor total da taxa, somados encargos e despesas incidentes na operação de crédito. Esta taxa não encontra delimitação na legislação suscitada, como quer a autora, mas apenas os juros remuneratórios.

Desse modo, ambos contratos se enquadram nos parâmetros legais, pelo que a sentença deve ser reformada para julgar improcedentes os pedidos formulados nesta ação e nos autos nº 008864-04.2023.8.26.0196. Diante disso, dou por prejudicados os demais pleitos formulados pelos apelantes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Provido o recurso do requerido, a autora passa à condição de sucumbente exclusiva, e deverá pagar verba sucumbencial que elevo para R\$ 1.800,00.

Para fins de prequestionamento, considera-se toda matéria devolvida como prequestionada, com a ressalva de que o juiz não está obrigado a mencionar expressamente todos os pontos suscitados pelas partes, tampouco a citar as normas aventadas, bastando que o recurso tenha sido fundamentadamente apreciado.

Ante o exposto e mais do que dos autos consta, conheço dos recursos das partes para **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo da autora e **DAR PROVIMENTO** ao recurso do requerido.

RUI PORTO DIAS

Relator